



**GUIA PRÁTICO**  
**CAPACITAÇÃO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO**  
**CARNES E ENCHIDOS**

<b>1. Carnes e Enchidos</b>	<b>4</b>
<b>1.1 Caracterização Geral</b>	<b>4</b>
<b>1.2 Caracterização do Comércio Internacional</b>	<b>10</b>
1.2.1 Balança Comercial	10
1.2.2 Principais Importadores de Carnes e Enchidos Portugueses	11
1.2.3 Principais Importadores Mundiais	11
1.2.4 Principais Exportadores Mundiais	12
<b>1.3 Entidades Relevantes</b>	<b>12</b>
<b>1.4 Caracterização dos Mercados Prioritários</b>	<b>13</b>
<b>1.4.1 Caracterização do Mercado Angolano</b>	<b>13</b>
1.4.1.1 Balança Comercial (Portugal - Angola)	13
1.4.1.2 Carnes e Enchidos em Angola	14
1.4.1.3 Fatores Diferenciadores e Oportunidades no Mercado Angolano	14
1.4.1.4 Principais Exportadores de Carnes e Enchidos para Angola	15
1.4.1.5 Feiras de Referência	16
1.4.1.6 Regulamentos e Barreiras Aduaneiras	16
<b>1.4.2 Caracterização do Mercado Francês</b>	<b>17</b>
1.4.2.1 Balança Comercial (Portugal - França)	17
1.4.2.2 Carnes e Enchidos em França	18
1.4.2.3 Fatores Diferenciadores e Oportunidades no Mercado Francês	18
1.4.2.4 Principais Exportadores de Carnes e Enchidos para o Mercado Francês	19
1.4.2.5 Feiras de Referência	19
1.4.2.6 Regulamentos e Barreiras Aduaneiras	20

<b>1.4.3 Caracterização do Mercado de Macau</b>	<b>20</b>
1.4.3.1 Balança Comercial (Portugal - Macau)	20
1.4.3.2 Fatores Diferenciadores e Oportunidades no Mercado de Macau	22
1.4.3.3 Principais Exportadores de Carnes e Enchidos para o Mercado de Macau	22
1.4.3.4 Feiras de Referência	22
1.4.3.5 Regulamentos e Barreiras Aduaneiras	23
<b>1.4.4 Caracterização do Mercado Suíço</b>	<b>25</b>
1.4.4.1 Balança Comercial (Portugal - Suíça)	25
1.4.4.2 Carnes e Enchidos na Suíça	26
1.4.4.3 Fatores Diferenciadores e Oportunidades no Mercado Suíço	26
1.4.4.4 Principais Exportadores de Carnes e Enchidos para o Mercado Suíço	27
1.4.4.5 Feiras de Referência	27
1.4.4.6 Regulamentos e Barreiras Aduaneiras	27

<b>2. Processo de Exportação</b>	<b>28</b>
<b>2.1 Exportação Indireta</b>	<b>28</b>
<b>2.2 Exportação Direta</b>	<b>28</b>
<b>2.3 Formalidades de Exportação</b>	<b>29</b>
<b>2.4 Etiquetagem, Rotulagem e Marcação CE</b>	<b>29</b>
<b>2.5 Documentos sobre o Transporte Internacional</b>	<b>30</b>

# 1. CARNES E ENCHIDOS

A presente ficha técnica para a internacionalização das carnes e enchidos, apresenta uma caracterização geral da categoria de produto, sintetiza dados relativos ao mercado internacional, bem como às trocas comerciais com Portugal. Através de uma pesquisa alargada, identificámos algumas das entidades mais relevantes em Portugal neste subsector. Realizou-se uma caracterização dos mercados que foram definidos como prioritários para a internacionalização da categoria de produtos, descrevendo os subsectores de interesse e sinalizando os principais regulamentos e barreiras aduaneiras. O processo de exportação constitui, por referência a materialização de uma estratégia de internacionalização, apresentamos assim dados gerais sobre os procedimentos e tipos de exportação, alargando o tema até às formalidades de importação/exportação, chegando aos transportes de mercadoria e os documentos acessórios a este procedimento.

## 1.1 Caracterização Geral

A sub-região das Terras de Trás-os-Montes destaca-se pela grande variedade de raças de bovino, ovino, caprino e suíno. A gastronomia tradicional transmontana consiste maioritariamente em pratos compostos por carnes locais, sendo grande parte delas DOP ou IGP. A produção animal é maioritariamente feita por métodos tradicionais (exemplo em pastagens abertas), recorrendo à alimentação natural e ao acesso exclusivo ao ar livre da região, algo que se traduz na elevada qualidade da carne, sendo esta suculenta e saborosa.

Os enchidos são uma categoria de produtos de origem animal, principalmente suína, com grande tradição na sub-região. A maioria dos enchidos sofre um processo de fumeiro que tradicionalmente era utilizado de forma a aumentar o tempo útil para o consumo dos alimentos.

Estes produtos desempenham um papel fundamental na economia local, não só pela grande procura nacional e internacional, mas também pelas Feiras do Fumeiro organizadas em diversos concelhos que dinamizam a sub-região. Estas promovem as carnes e enchidos locais, dando cada vez mais visibilidade aos produtos e à sub-região. Destaca-se a Feira do Fumeiro de Vinhais pelo forte envolvimento nas redes sociais e grande afluência de visitantes.

De acordo com dados do INE, em 2017, o número de empresas da sub-região ligadas ao setor da fabricação de produtos à base de carne (que inclui o subsector dos enchidos) subiu para 39, o que representava cerca de 8% das empresas a nível nacional. No entanto, o volume de negócios regional correspondia a aproximadamente 2% do volume de negócios nacional, cerca de 13,9 milhões de euros, ao passo que o Valor Acrescentado Bruto regional registou cerca de 4,8 milhões de euros, representando 3% do total nacional.

Na Tabela 1 são apresentadas as carnes e enchidos DOP ou IGP da Região de Trás-os-Montes, incluindo as principais características e área geográfica de produção.

**Tabela 1** - Caracterização das Carnes e Enchidos DOP ou IGP da Região de Trás-os-Montes.

## BORREGO TERRINCHO DOP

### CARACTERÍSTICAS

Obtida a partir de animais da raça Churra da Terra Quente (popularmente designada de “terrincha”), é de cor muito clara, tenra, praticamente sem gordura e ainda com sabor a leite. Comercialmente, o Borrego Terrincho DOP, apresenta-se em carcaças ou peças embaladas e refrigeradas. As carcaças só podem ser apresentadas nos meses de novembro, dezembro, janeiro, março, abril, junho, julho e agosto.

### ÁREA GEOGRÁFICA

A área de produção do Borrego Terrincho DOP, restringe-se à região denominada de Terra Quente e Vale do Douro Superior, e ocupa cerca de 4.000 km<sup>2</sup>. Esta engloba grande parte do distrito de Bragança (concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Flor, parte dos concelhos de Macedo de Cavaleiros e de Valpaços), bem como alguns territórios dos distritos da Guarda (concelho de Vila Nova de Foz Côa, parte dos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e de Mêda) e de Viseu (parte do concelho de São João da Pesqueira).

## CABRITO TRANSMONTANO DOP

### CARACTERÍSTICAS

Obtida a partir de animais da raça Serrana, diferencia-se pela sua qualidade organoléptica, designadamente a palatibilidade, terrura e suculência. Comercialmente, apresenta-se em carcaças inteiras, metades, quartos ou qualquer porção, refrigerada ou congelada, obrigatoriamente acondicionada (exceto no caso das carcaças inteiras e metades) e rotulada.

### ÁREA GEOGRÁFICA

Ocupando cerca de 5.610 km<sup>2</sup>, a área de produção do Cabrito Transmontano DOP engloba os concelhos de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Vimioso e parte do concelho de Bragança (distrito de Bragança), bem como os concelhos de Alijó, Valpaços e Murça (distrito de Vila Real).

## CARNE DE BÍSARO TRANSMONTANO DOP

### CARACTERÍSTICAS

Proveniente de leitões (abatidos até aos 45 dias de vida), de machos castrados ou de fêmeas (abatidos a partir dos 8 meses) da raça Bísara, criados de modo tradicional. Os leitões têm um peso de carcaça até 12 kg, enquanto os animais adultos têm um peso de carcaça acima dos 60 kg. Comercialmente pode apresentar-se em carcaças ou hemicarcaças, ou então em peças inteiras ou desmanchadas embaladas em vácuo.

### ÁREA GEOGRÁFICA

Ocupando 10.936 km<sup>2</sup>, a área geográfica de produção de Carne de Bísaro Transmontano/Carne de Porco Transmontano DOP compreende os distritos de Bragança e de Vila Real.

**CARNE MIRANDESA DOP****CARACTERÍSTICAS**

Obtida a partir de bovinos da raça Mirandesa. A Raça Mirandesa possui características genéticas próprias que associadas a uma alimentação natural conferem à carne Mirandesa DOP qualidades organolépticas distintas, como o sabor e a suculência.

**ÁREA GEOGRÁFICA**

A área geográfica de produção da Carne Mirandesa DOP abrange os concelhos de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais, situados no distrito de Bragança.

**CORDEIRO BRAGANÇANO DOP****CARACTERÍSTICAS**

Carne de ovinos da raça Churra Galega Bragançana abatidos com três a quatro meses de idade, nascidos e criados num sistema de exploração extensivo tradicional. Trata-se de uma carne muito tenra, particularmente suculenta, macia, e com uma gordura consistente e não exsudativa.

**ÁREA GEOGRÁFICA**

Ocupando uma região agro ecológica designada Terra Fria Transmontana, a área geográfica de produção do Cordeiro Bragançano DOP compreende os concelhos de Bragança e Vinhais.

**CORDEIRO MIRANDÊS / CANHOTO MIRANDÊS DOP****CARACTERÍSTICAS**

Tal como no caso do Cordeiro Bragançano, este produto é obtido a partir de carne de ovinos da raça Churra Galega Mirandesa, abatidos até aos quatro meses de idade, nascidos e criados num sistema de exploração extensivo tradicional. Trata-se de uma carne muito tenra, particularmente suculenta, macia, e com uma gordura consistente e não exsudativa. Apresenta-se comercialmente sob a forma de carcaças, meias-carcaças e peças embaladas (inteiras ou em partes).

Ocupando cerca de 1.730 km<sup>2</sup>, a área geográfica de produção do Cordeiro Mirandês / Canhoto Mirandês DOP compreende os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso do Distrito de Bragança.

**ALHEIRA DE MIRANDELA IGP****CARACTERÍSTICAS**

Enchido fumado em forma de ferradura, de cor castanho-amarelada. É obtida a partir de carne de porco de raça Bísara (ou do seu cruzamento com outras raças, desde que com 50% de raça Bísara), carne de aves, carne de animais de caça (facultativo), pão regional de trigo, banha de porco e azeite de Trás-os-Montes DOP, ou similar, e condimentadas com sal, alho e colorau. É de uma carne muito tenra, particularmente suculenta, macia, e com uma gordura consistente e não exsudativa. Apresenta-se comercialmente sob a forma de carcaças, meias-carcaças e peças embaladas (inteiras ou em partes).

**ÁREA GEOGRÁFICA**

A área geográfica de produção da Alheira de Mirandela IGP está circunscrita ao concelho de Mirandela.

**ALHEIRA DE VINHAIS IGP****CARACTERÍSTICAS**

Enchido fumado em forma de ferradura, com aproximadamente 30 cm de comprimento e 2 cm de diâmetro, pesando entre 170 a 200 g e apresentando uma cor amarelo-acastanhada. Tal como no caso da Alheira de Mirandela, é obtida a partir de carne de porco de raça Bísara (ou do seu cruzamento com outras raças, desde que com 50% de sangue Bísara), carne de aves (apenas para a calda), pão regional de trigo e azeite de Trás-os-Montes, e condimentadas com sal, alho e colorau. Ao corte, a massa apresenta um aspeto homogéneo, ainda que se notem as carnes desfiadas.

**ÁREA GEOGRÁFICA**

A área de nascimento, cria, recria, abate e desmancha dos porcos usados na produção de Alheira de Vinhais IGP engloba os distritos de Bragança e de Vila Real. A área geográfica de transformação engloba apenas o distrito de Bragança.

**BUTELO DE VINHAIS / BUCHO DE VINHAIS / CHOURIÇO DE OSSOS DE VINHAIS IGP****CARACTERÍSTICAS**

Enchido produzido a partir de carne, gordura, ossos e cartilagem provenientes das costelas e coluna vertebral de porcos da raça Bísara ou com pelo menos 50% de sangue Bísara. A carne é temperada com alho, colorau, louro, vinho, água e sal. A sua cor varia entre o amarelo, o avermelhado e o castanho-escuro. Pode ser redondo, oval ou cilíndrico.

**ÁREA GEOGRÁFICA**

A área de nascimento, cria, recria, abate e desmancha dos porcos usados na produção de Butelo de Vinhais IGP engloba os distritos de Bragança e de Vila Real. A área geográfica de transformação engloba apenas o distrito de Bragança.

**CHOURIÇA DOCE DE VINHAIS IGP****CARACTERÍSTICAS**

Enchido fumado, obtido a partir carne de porcos de raça Bísara ou com pelo menos 50% de sangue Bísaro, pão regional, azeite de Trás-os-Montes, sangue de porco, mel e nozes ou amêndoas. Tem forma de ferradura, de cor preta, não homogénea, com zonas mais claras onde se percebem as carnes desfiadas e os frutos secos.

**ÁREA GEOGRÁFICA**

A área de nascimento, cria, recria, abate e desmancha dos porcos usados na produção de Chouriça Doce de Vinhais IGP engloba os distritos de Bragança e de Vila Real. A área geográfica de transformação engloba apenas o distrito de Bragança.

**CHOURIÇO AZEDO DE VINHAIS / AZEDO DE VINHAIS / CHOURIÇO DE PÃO DE VINHAIS IGP****CARACTERÍSTICAS**

Enchido fumado obtido a partir de carne e gordura de porcos de raça Bísara ou com pelo menos 50% de sangue Bísaro, pão regional de trigo, azeite de Trás-os-Montes, colorau e alho, cheio em tripa do intestino grosso. Tem um formato retilíneo, de secção cilíndrica, de cor entre o amarelado e o acastanhado. A massa apresenta uma cor amarela-acastanhada e um aspeto homogéneo ao corte.

**ÁREA GEOGRÁFICA**

A área de nascimento, cria, recria, abate e desmancha dos porcos usados na produção de Chouriço Azedo de Vinhais IGP, engloba os distritos de Bragança e de Vila Real. A área geográfica de transformação engloba apenas o distrito de Bragança.

**CHOURIÇA DE CARNE DE VINHAIS / LINGUIÇA DE VINHAIS IGP****CARACTERÍSTICAS**

Chouriça em forma de ferradura, feita a partir de carne e gordura de porcos de raça Bísara ou com pelo menos 50% de sangue Bísaro, temperadas com sal, vinho, água, alho, colorau doce e/ou picante e louro. A chouriça tem uma secção cilíndrica e uma cor castanha avermelhada. Quando cortada, a chouriça forma uma massa coerente, não homogénea, com cor vermelha-viva a branca.

**ÁREA GEOGRÁFICA**

A área de produção engloba os concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo, Vila Flor e Vinhais, do distrito de Bragança.

**PRESUNTO DE VINHAIS / PRESUNTO BÍSARO DE VINHAIS IGP****CARACTERÍSTICAS**

Presunto fumado produzido a partir a parte inferior das pernas traseiras de porcos da raça Bísara. Os fatores que influenciam a particular qualidade deste presunto são diversos, entre os quais, a alimentação dos porcos com produtos de produção local, a especificidade do clima e geografia da sub-região e as competências dos locais na preparação do presunto.

**ÁREA GEOGRÁFICA**

Tendo em conta o modo de produção tradicional e o tipo de alimentação dos animais, o saber fazer tradicional da população local, em termos de manejo dos animais, e as condições edáficas necessárias ao desenvolvimento da base alimentar destes animais, a área de nascimento, cria, recria, abate e desmancha dos porcos usados na produção de presunto de Vinhais IGP está circunscrita determinados concelhos. Estes incluem os concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais do distrito de Bragança e aos concelhos de Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real do distrito de Vila Real. Já a área geográfica de transformação (obtenção e maturação dos presuntos, corte e acondicionamento) está circunscrita aos concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, do distrito de Bragança.

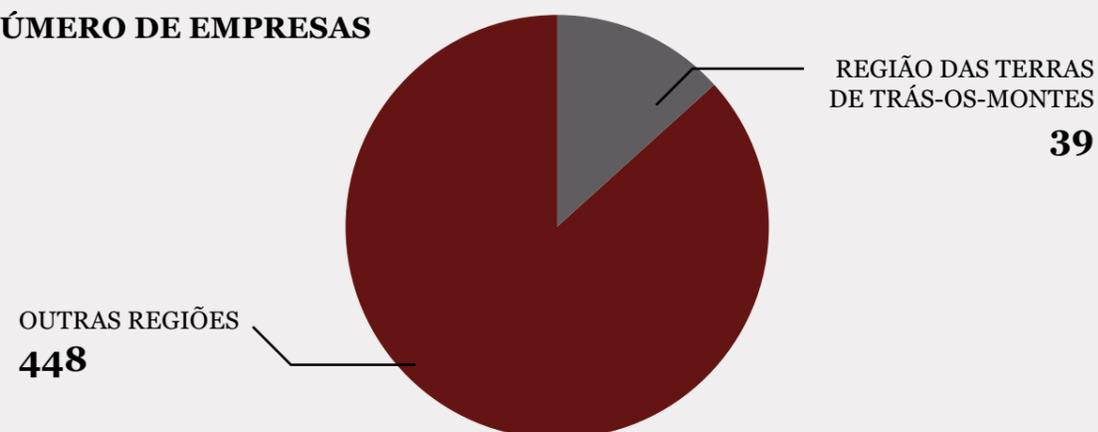
**SALPICÃO DE VINHAIS IGP****CARACTERÍSTICAS**

Enchido tradicional feito a partir de carne de porco Bísaro. Apresenta um diâmetro de 15-20 cm, uma forma cilíndrica e um diâmetro de 5 a 8 cm. Tem uma cor exterior castanho escura, sendo o interior vermelho brilhante e branco. Tem um sabor fumado, com notas de vinho.

**ÁREA GEOGRÁFICA**

A área de produção engloba os concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo, Vila Flor e Vinhais, do distrito de Bragança.

NÚMERO DE EMPRESAS

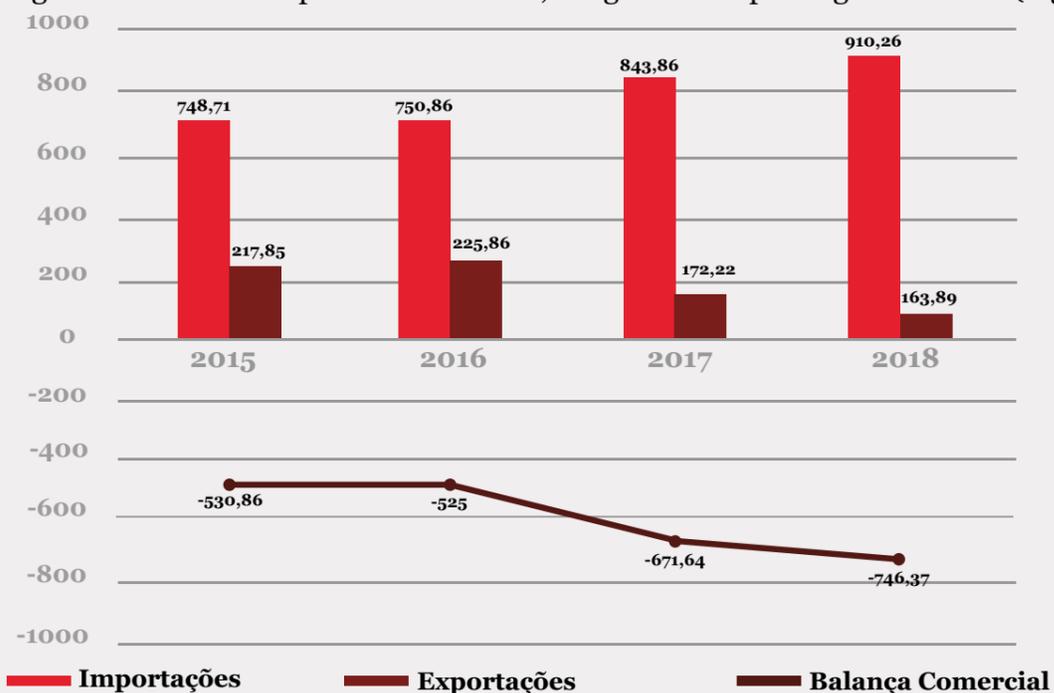


**Figura 1** - Caracterização do número de empresas a operar no subsector das carnes e enchidos em Portugal e na Região das Terras de Trás-os-Montes, em 2017.  
 FONTE: INE, Base de Dados (accedida em junho de 2019)

## 1.2 Caracterização do Comércio Internacional

### 1.2.1 Balança Comercial

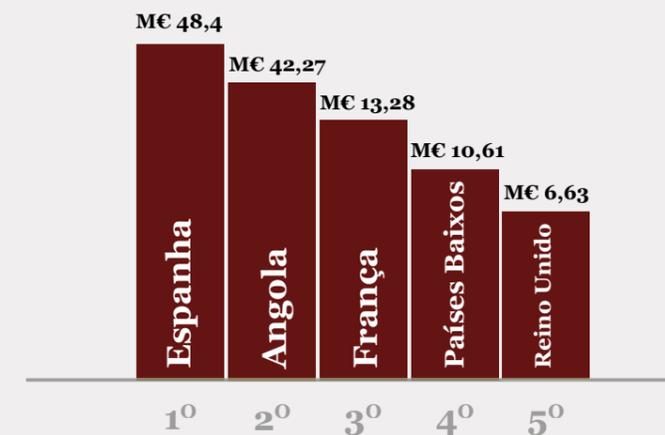
Entre 2015 e 2018, as importações registaram subidas significativas constantes, tendo alcançado, em 2018, os 910,26 milhões de euros. As exportações apresentaram uma diminuição no período de 2016 a 2018. O valor negativo da balança comercial deste subsector agravou-se de forma significativa durante o período em análise, atingindo o seu pior registo em 2018 (Figura 2).



**Figura 2** - Exportações, importações e saldo da balança comercial no setor das Carnes e Enchidos em Portugal (milhões de euros), entre 2015 e 2018.  
 FONTE: INE, Base de Dados (accedida em junho de 2019)

### 1.2.2 Principais Importadores de Carnes e Enchidos Portugueses

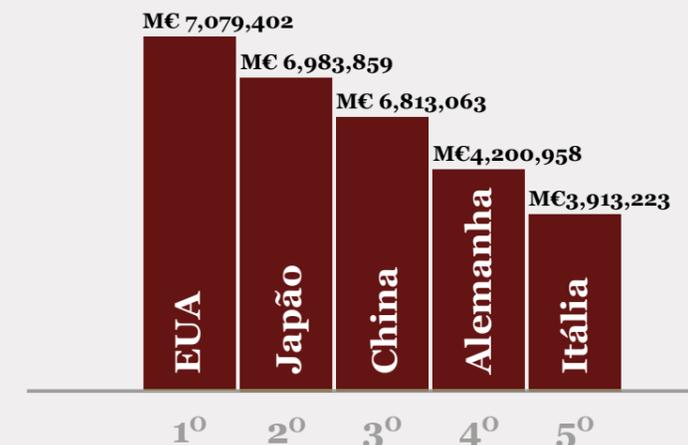
Em 2018, Espanha destacou-se como o principal importador de carnes e enchidos portugueses, registando um fluxo de compras de 48,4 milhões de euros. Saliente-se a importância que o grupo de países representados na Figura 3 tem no âmbito do comércio internacional português neste subsector.



**Figura 3** - Principais mercados de destino das exportações portuguesas do subsector das carnes e enchidos em 2018.  
 FONTE: Trade Map, (accedida em junho de 2019)

### 1.2.3 Principais Importadores Mundiais

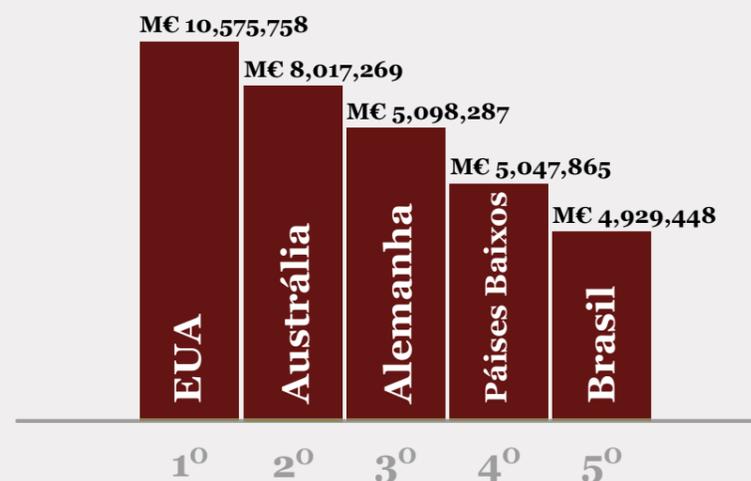
A Figura 4 apresenta os principais importadores mundiais de carnes e enchidos. Nesta situação, não se observa a presença de nenhum dos principais destinos das exportações portuguesas, o que mostra que a aposta nestes mercados poderá constituir uma excelente oportunidade para a internacionalização. Por outro lado, o acordo comercial UE-Japão que entrou em vigor a 1 de fevereiro de 2019, poderá facilitar o processo de exportação para este país, com enorme potencial.



**Figura 4** - Principais importadores de carnes e enchidos a nível mundial em 2018.  
 FONTE: Trade Map, (accedida em junho de 2019)

### 1.2.4 Principais Exportadores Mundiais

Os Estados Unidos da América (EUA) apresentam-se como principais exportadores do setor a nível mundial, seguindo-se a Austrália e a Alemanha. (Figura 5).



**Figura 5** - Principais exportadores de carnes e enchidos a nível mundial em 2018.  
**FONTE:** ITC, Trade Map (acedido em junho de 2019)

## 1.3 Entidades Relevantes

Como entidades relevantes (incluindo associações de produtores e cooperativas) ligadas ao setor da carne e dos enchidos, sinalizam-se as seguintes:

- OVITEQ - Cooperativa dos Produtores de Carne de Ovinos da Terra Quente, C.R.L;
- ANCOTEQ – Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Churra da Terra Quente;
- CAPRISSERRA - Cooperativa de Produtores de Cabrito da Raça Serrana, CRL;
- ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores da Raça Serrana;
- ANCSUB - Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça Bísara;
- AGROPEMA - Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa S.C.R.L;
- ACBRM – Associação dos Criadores de Bovinos da Raça Mirandesa;
- ACOM - Agrupamento de Produtores de Cordeiros Bragançanos;
- ACOB – Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Galega Bragançana;
- Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Galega Mirandesa;
- Sociedade Portuguesa de Ovinotecnia e Caprinotecnia;
- ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mirandela;
- Churracoop - Cooperativa de Ovinos Mirandeses, CRL.

#### Organismo de controlo e certificação:

- TRADIÇÃO E QUALIDADE – Associação Interprofissional de Produtos Agro-Alimentares de Trás-os-Montes;
- SATIVA - Desenvolvimento Rural, Lda;

## 1.4 Caracterização dos Mercados Prioritários

Foram identificados mercados prioritários para a internacionalização desta categoria de produto, sendo estes mercados maioritariamente pela presença de comunidades portuguesas com alguma expressão. Para cada um destes mercados, considerados como prioritários, realizamos uma caracterização geral e um estudo mais pormenorizado da categoria de produto no mercado, chegando até à cultura de negócio do mercado.

### 1.4.1 Caracterização do Mercado Angolano

Angola continua a ajustar-se à baixa cotação do preço do petróleo, uma subida moderada do consumo poderá projetar, segundo o *Economist Intelligence Unit* (EIU), para o período 2018-20, um crescimento médio anual do PIB de 2,4%. Contudo, um previsível abrandamento cíclico em 2020 da economia norte-americana pode vir a afetar negativamente a procura global. Para 2021-22, e com um aumento anual de 5% do preço do petróleo, o crescimento médio deverá situar-se em 2,9%. Não obstante, o investimento no sector não-petrolífero continuará a ressentir-se devido a burocracia, falta de regulação e qualificações.

#### 1.4.1.1 Balança Comercial (Portugal - Angola)

O saldo da balança comercial portuguesa com Angola apresenta-se positivo desde 2014, com mera exceção provisória dos primeiros meses do ano de 2019 (Tabela 2).

**Tabela 2** - Evolução da balança comercial de bens de Portugal com Angola entre 2014 e 2018.

#### BALANÇA COMERCIAL DE BENS DE PORTUGAL COM ANGOLA

	2014	2015	2016	2017	2018	VAR% 18/14 <sup>a</sup>	2018 JAN/FEV	2019 JAN/FEV	VAR% 19/18 <sup>b</sup>
<b>EXPORTAÇÕES</b>	3 177,9	2 099,1	1 501,6	1 787,2	1 514,4	-14,7	226,5	198,8	-12,2
<b>IMPORTAÇÕES</b>	1 605,8	1 142,3	809,8	278,9	928,6	27,4	124,4	234,8	88,8
<b>SALDO</b>	1 572,2	956,8	691,8	1 508,3	585,8	--	102,1	-36,0	--
<b>COEF.CO.B.%</b>	197,9	183,8	185,4	640,8	163,1	--	182,1	84,7	--

**NOTAS:** (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2014-2018

(b) Taxa de variação homóloga 2018-2019

(2014 a 2016: resultados definitivos; 2017: resultados provisórios; 2018 e 2019: resultados preliminares)

Unidade: Milhões de Euros

**FONTE:** INE, Base de Dados (acedido em abril de 2019)

No âmbito do setor agroalimentar, os principais produtos mais exportados por Portugal, em 2018, para o mercado angolano encontram-se explicitados na Tabela 3. Destacando-se os Enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue, com um valor que ultrapassa os 24,8 milhões de euros.

**Tabela 3** - Principais exportações do agroalimentar português para o mercado angolano em 2018.

**EXPORTAÇÕES DO AGROALIMENTAR PARA ANGOLA**

	2017	2018	%TOT18	VAR%18/17
<b>2204</b> Vinhos de uvas frescas	45,7	39,6	2,6	-13,4
<b>1601</b> Enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue	35,8	24,8	1,6	-30,8
<b>0401</b> Leite e nata não concentrados nem adicionados de açúcar ou outros edulcorantes	20,5	20,9	1,4	1,7
<b>Amostra</b>	438,1	355,1	23,5	--

FONTE:INE, Base de Dados (acedido em junho de 2019)  
 Unidade: Milhões de Euros  
 § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2017

**1.4.1.2 Carnes e Enchidos em Angola**

O mercado de Angola é um dos principais destinos de carne de vaca congelada (18,0 % do total em 2018). Apesar da diminuição do global das exportações face ao ano de 2017, o mercado angolano mantém-se um importante parceiro de Portugal. O consumo de carnes e enchidos nacionais faz já parte dos hábitos dos consumidores angolanos.

As principais exportações portuguesas

de carne para Angola referem-se a carne de porco (45,5%). Seguem-se as carnes e miudezas salgadas ou em salmoura, secas/fumadas e farinhas (20,6%), a carne de aves (19,7%) e a carne de vaca (6,7%). Em conclusão, constata-se que o mercado angolano se constitui como fator central e determinante para a performance e rentabilidade do sector da carne, em Portugal.

**1.4.1.3 Fatores Diferenciadores e Oportunidades no Mercado Angolano**

Nos últimos dez anos, Angola evoluiu de uma economia de guerra para uma economia de mercado dependente do sector petrolífero. Para a generalidade dos sectores não petrolíferos, a economia angolana é caracterizada por uma baixa produção, uma grande dependência das importações e um elevado nível de informalidade.

Os ainda baixos níveis de

industrialização e de produção nacional permitem canalizar esta pressão do consumo privado para o mercado das importações em geral, e para o mercado das importações oriundas de Portugal, em particular. Com efeito, a proximidade histórica e cultural e a partilha de quadros de referência sociais e gastronómicos fazem com que os produtos portugueses sejam, de uma forma mais ou

menos generalizada, os mais procurados.

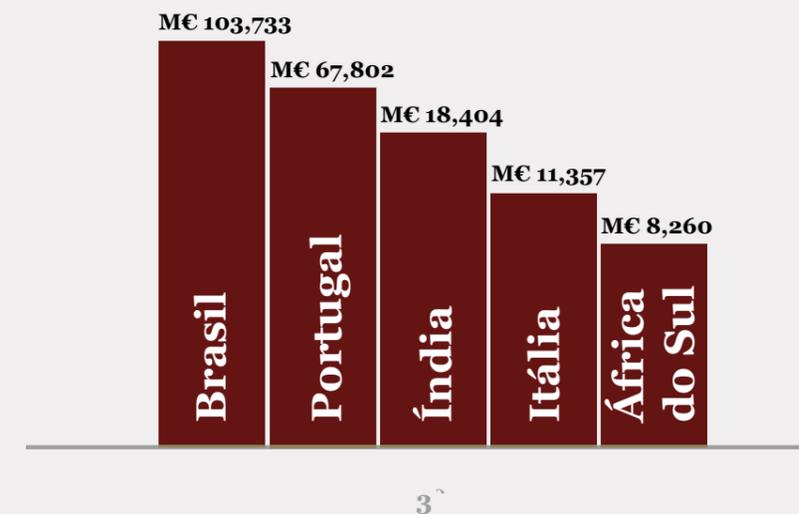
Dito isto, e enquanto a produção nacional não apresentar uma alternativa satisfatória e competitiva ao mercado das importações, o mercado angolano será (quer pelo crescimento, como pela apetência e reconhecimento da qualidade do produto português) um mercado com grandes oportunidades para as exportações nacionais.

Desde 2013, houve um progressivo aumento dos impostos aduaneiros para alguns dos produtos portugueses de referência para os quais já há produção local, tais como as águas, cervejas, refrigerantes e outros produtos do setor agroalimentar.

Para além destes aspetos de natureza alfandegária e que têm como consequência direta o aumento do preço dos produtos estrangeiros ao consumidor, as exportações portuguesas deparam-se com outro tipo de dificuldade. Desde logo, a maior concorrência com outros produtos e que decorre dos processos de abertura e de globalização por um lado, e de integração regional (no âmbito da SADC) por outro, e aos quais a economia angolana não ficou imune. Hoje em dia, os produtos portugueses, embora na sua generalidade ainda líderes de mercado, deparam-se com a concorrência de produtos espanhóis, turcos, alemães, suecos, sul-africanos, brasileiros e chineses.

**1.4.1.4 Principais Exportadores de Carnes e Enchidos para Angola**

Em 2017, os principais países exportadores de carnes e enchidos para Angola foram o Brasil, Portugal e Índia (Figura 6).



**Figura 6** - Principais mercados de origem das importações angolanas de carnes e enchidos em 2017.  
 FONTE: ITC, Trade Map (acedido em junho de 2019)

### 1.4.1.5 Feiras de Referência

- FAPECS | Feira Agroindustrial e Pescas do Cuanza Sul
- **International Fair of Fisheries and Aquaculture of Angola** - Anual

### 1.4.1.6 Regulamentos e Barreiras Aduaneiras

A 9 de agosto de 2018, entrou em vigor a nova Pauta Aduaneira que tem como principal objetivo o desenvolvimento e a diversificação da economia, adotando medidas de apoio à produção local, como a isenção de taxas aduaneiras na importação de matérias-primas e equipamentos diversos dos setores da indústria e agricultura (cerca de 2000 produtos). A Pauta agravou, no entanto, as taxas sobre a entrada no país de cerca de 100 produtos (ex: hortícolas; refrigerantes, águas e bebidas).

Relativamente aos produtos agroalimentares, pode haver necessidade de um acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários de Portugal e de Angola, sem o qual não é possível exportar. Para conhecer os acordos concluídos, em negociação ou a negociar, contactar os serviços da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) (Constrangimentos à Exportação / Procedimentos Gerais de Exportação).

Ainda no âmbito das exportações de produtos de origem animal para Angola (ex.: carnes; laticínios; ovos) e de produtos de origem vegetal (ex.: plantas; frutas; sementes; e legumes), importa referir que as empresas portuguesas devem previamente inquirir, respetivamente, junto da Divisão de Internacionalização e Mercados e Direção de Serviços de Sanidade Vegetal, da DGAV em Portugal, sobre a possibilidade de realizar as referidas operações. Com efeito, pode não ser possível, desde logo, exportar produtos de origem animal ou vegetal para este mercado pelo facto de Portugal não se encontrar

habilitado para a exportação (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários de Portugal e país de destino no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

As barreiras não tarifárias às exportações do setor agroalimentar podem ser consultadas no Portal GlobalAgriMar, do GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, tutelado pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministério do Mar (ver tema “Facilitação da Exportação” e, depois, “Constrangimentos” / “Constrangimentos à Exportação”). O facto de determinados produtos não constarem na lista de constrangimentos à exportação não significa que Portugal esteja habilitado a exportar para este mercado. Eventualmente, pode nunca ter existido qualquer intenção de exportação por parte de empresas portuguesas, condição indispensável para a DGAV iniciar o processo de habilitação (Formulário de Exportação).

Para melhor entendimento das várias fases destes processos, consultar, no referido Portal, a apresentação esquemática sobre os processos de habilitação para a exportação de:

- Animais, Produtos Animais e Produtos/Subprodutos de Origem Animal;
- Vegetais e Produtos Vegetais com Risco Fitossanitário.

Os interessados podem, igualmente, aceder a informação atual no site da DGAV, no tema – Requisitos para Exportação (por Destino) / Angola (esta informação não é exaustiva, podendo ser alterada a qualquer momento, servindo apenas de orientação e não dispensando a consulta dos serviços competentes da DGAV).

FONTE: AICEP Portugal GLOBAL

### 1.4.2 Caracterização do Mercado Francês

Localizada na região Centro da Europa, a França possui uma população de 64,4 milhões de habitantes e uma área de cerca de 544,0 mil km<sup>2</sup>, o que corresponde a uma densidade populacional de 118,4 habitantes/km<sup>2</sup> (AICEP Portugal Global, 2016).

Reconhecida como uma das maiores potências económicas europeias, a França destacava-se como a 6<sup>a</sup> maior economia mundial, com um PIB de aproximadamente 2,2 mil milhões de euros.

Não obstante da contração económica sofrida na generalidade dos países europeus em 2009, fruto de uma grave

crise financeira, a economia francesa tem vindo a apresentar taxas de variação anuais do PIB positivas desde 2010. Em 2015, esta taxa ascendeu a cerca de 1,2%, maior valor registado desde 2011, altura em que a economia francesa cresceu aproximadamente 2,1%.

O setor dos serviços apresenta-se como o mais importante para a economia francesa, tendo representado 78,8% do PIB, em 2015, seguindo-se a indústria transformadora (reconhecida nomeadamente nos setores da aeronáutica, farmacêutico, automóvel e agroalimentar) e o setor agrícola (onde se destaca a produção de cereais, vinho e produtos lácteos) com pesos de 19,5% e 1,7%, respetivamente.

#### 1.4.2.1 Balança Comercial (Portugal - França)

Em 2018, Portugal exportou 7 345,1 milhões de euros para França, tendo importado 5 734,1 milhões de euros. A balança comercial entre os dois países é favorável para Portugal, correspondendo a um saldo positivo de 1 611 milhões neste ano (Tabela 4).

Tabela 4 - Evolução da balança comercial de bens de Portugal com França entre 2014 e 2018.

#### BALANÇA COMERCIAL DE BENS DE PORTUGAL COM FRANÇA

	2014	2015	2016	2017	2018	VAR%18/14 <sup>a</sup>	VAR%18/17 <sup>b</sup>
<b>EXPORTAÇÕES</b>	5 658,6	6 031,4	6 323,4	6 887,9	7 345,1	6,7	6,6
<b>IMPORTAÇÕES</b>	4 180,8	4 468,6	4 732,2	5 105,1	5 734,1	8,2	12,3
<b>SALDO</b>	1 477,8	1 562,8	1 591,2	1 782,8	1 611,0	--	--
<b>COEF. COB.%</b>	135,3	135,0	133,6	134,9	128,1	--	--

NOTAS: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2014-2018

(b) Taxa de variação homóloga 2017-2018

(2014 a 2016: resultados definitivos; 2017: resultados provisórios; 2018: resultados preliminares)

Unidade: Milhões de euros

FONTE: INE, Base de Dados (acedido em junho de 2019)

As exportações de produtos agrícolas e alimentares de Portugal para o mercado Francês em 2018 apresentam-se explicitados na Tabela 5. Destaca-se o grupo de produtos agrícolas e alimentares que apresentaram os maiores volumes de exportação.

**Tabela 5** - Exportações portuguesas por grupos de produtos para o mercado francês em 2014, 2017 e 2018.**EXPORTAÇÕES DE PORTUGAL PARA FRANÇA POR GRUPOS DE PRODUTOS**

	2014	%TOT14	2017	%TOT17	2018	%TOT18	VAR%18/17
<b>ALIMENTARES</b>	287,7	5,1	319,7	4,6	333,9	4,5	4,4
<b>AGRÍCOLAS</b>	206,0	3,6	251,3	3,6	252,9	3,4	0,6

Unidade: Milhões De Euros

FONTE: INE, Base de Dados (acedido em abril de 2019)

**1.4.2.2 Carnes e Enchidos em França**

Devido à dimensão do país, à multiculturalidade e à cultura gastronómica, a distribuição alimentar em França tem uma oferta relativamente vasta, e a população é muito aberta à gastronomia de outros países. Os produtos típicos de Portugal são apenas uma opção suplementar para os consumidores franceses e estão em concorrência com produtos de países com gastronomia mediterrânica como Itália, Espanha,

Grécia e o norte de África, na sua grande maioria produtores de carne e enchidos.

Apesar do crescimento da procura de produtos alimentares portugueses por parte do consumidor francês, nomeadamente enchidos, relacionada em grande parte pelos efeitos indiretos do aumento dos fluxos turísticos de França para Portugal, é importante referir que os consumidores lusos em França se mantêm como os seus principais clientes.

**1.4.2.3 Fatores Diferenciadores e Oportunidades no Mercado Francês**

França é o 3º maior importador de bens do mercado Europeu. Existem, atualmente, cerca de 45 mil empresas dirigidas por portugueses ou por lusodescendentes, a larga maioria delas microempresas do ramo da construção civil. Mas muitas delas também atuam na área alimentar, principalmente na importação, sendo a distribuição feita maioritariamente por empresas francesas. Estas empresas, todas elas de direito francês, têm como gerentes/gestores, portugueses emigrados em França ou lusodescendentes. Estes empresários estão abertos à descoberta de novos produtos e têm a vantagem de poderem ser contactados em português.

No que diz respeito ao comportamento

dos consumidores franceses, desde sempre, o preço é um elemento importante na decisão de compra. Mas, de certa forma, o fator qualidade do produto está a ganhar importância face ao preço e os muitos consumidores já decidem a sua compra com base em rótulos que inspirem qualidade ou compram marcas que associam a essa característica. Outra particularidade que está cada vez mais a ter preponderância, é a qualidade do serviço pós-venda. Em relação à embalagem, os franceses preferem produtos puros e embalados de forma criativa e atraente.

O consumidor francês é relativamente abastado e impulsivo, faz compras frequentes e gosta de experimentar produtos novos e inovadores. No que diz respeito aos géneros alimentícios, os franceses são mais propensos à compra de produtos nacionais

e estão cada vez mais preocupados com o meio ambiente e a sua saúde, o que naturalmente leva a uma expansão do mercado dos produtos orgânicos.

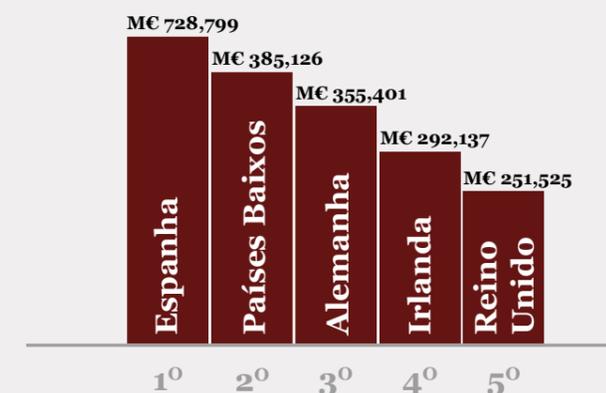
Apesar de França ser um parceiro de referência para o nosso país, o défice de imagem dos produtos nacionais – com honrosas exceções para algumas marcas e/ou empresas conhecidas – constitui o principal fator inibidor de um crescimento mais acentuado das nossas exportações para este mercado, em volume, mas, sobretudo, em valor. Torna-se assim indispensável reconsiderar um esforço

na comunicação da imagem e qualidade dos nossos produtos em diferentes setores.

A concorrência direta com Espanha é uma dificuldade evidente, sendo o principal concorrente de Portugal no setor alimentar, por apresentar uma forte presença no mercado, pelo número de atores presentes e pela variedade de produtos e, principalmente, por propor ao público francês uma oferta semelhante à portuguesa mas com grupos industriais de maior dimensão e com capacidade de promoção e comunicação importantes, permitindo divulgar a oferta junto de um maior número de consumidores.

**1.4.2.4 Principais Exportadores de Carnes e Enchidos para o Mercado Francês**

Os Franceses preferem os produtos provenientes de Espanha (volume de importações de 728,799 milhões de euros em 2018). Portugal apresenta valores pouco significativos, ainda que crescentes nos últimos anos. Os principais exportadores de carnes e enchidos para França encontram-se representados na Figura 7.

**Figura 7** - Principais mercados de origem das importações francesas de carnes e enchidos em 2018. FONTE: ITC, Trade Map (acedido em junho de 2019)**1.4.2.5 Feiras de Referência**

- **Feira Vivez Nature** | Feira de agricultura biológica e produtos naturais - Paris, Porte de la Villette
- **Feira Sial** | Feira dirigida ao mercado global da indústria alimentar e bebidas - Paris

### 1.4.2.6 Regulamentos e Barreiras Aduaneiras

França, como membro da UE, faz parte integrante da União Aduaneira, caracterizada por um regime de livre circulação de mercadorias e pela adoção de uma política comercial comum relativamente a países terceiros. As mercadorias com origem em países da UE, ou já colocadas em território comunitário, encontram-se isentas de controlos alfandegários, necessitando apenas de cumprir os requisitos técnicos e de qualidade exigidos pelos países de destino. Estes requisitos encontram-se de acordo com a legislação comunitária (e.g. (CE) 852/2004, (CE) 178/2002, entre outros).

A União Aduaneira implica, para além da existência de um território aduaneiro único, a adoção da mesma legislação neste domínio – Código Aduaneiro Comunitário –, bem como a aplicação de iguais imposições e encargos alfandegários

aos produtos provenientes de países terceiros.

A nível de tributação, em França existem diferentes taxas de IVA:

- Taxa normal: 20% aplicada à maioria dos produtos;
- Taxas reduzidas: 10% aplicada a produtos agrícolas e da pesca e 5,5% sobre a água e bebidas não alcoólicas, géneros alimentícios, entre outros;
- Taxa específica: 2,1% aplicada sobretudo a medicamentos reembolsáveis pela Segurança Social.

De entre a legislação comunitária, destaquem-se os aspetos que dizem respeito à rotulagem de produtos alimentares e que obrigam à inclusão de elementos como a denominação comercial e a origem do produto.

No caso da França, todos estes elementos devem ser apresentados em língua francesa e em local bem visível na embalagem, de fácil leitura.

### 1.4.3 Caracterização do Mercado de Macau

Macau é uma Região Administrativa Especial da República Popular da China (RAEM) desde dezembro de 1999 e conta com uma população de cerca de 645 mil habitantes. Apresenta um PIB de 44,8 mil milhões de USD. Em termos de PIB per capita, o território apresenta dos valores mais elevados da região da Ásia-Pacífico.

A economia de Macau registou, em anos relativamente recentes, um notável desenvolvimento, fruto da boa performance do setor do jogo e do turismo, que desempenha um papel preponderante na economia do território. De facto, a

liberalização da indústria do jogo (este setor tem um peso bastante considerável nas receitas orçamentais), que permitiu injetar no território elevadíssimos investimentos de algumas das mais importantes operadoras internacionais, sobretudo americanas, bem como a abertura das fronteiras da China Continental, constituíram fatores essenciais para que a economia macaense registasse um crescimento assinalável.

Macau, pela sua reduzida dimensão, pelo alto preço do terreno e pelo elevado número de turistas que visitam o território, conta com um expressivo défice da balança comercial e com um enorme excedente da balança de serviços.

#### 1.4.3.1 Balança Comercial (Portugal - Macau)

Em 2018, Portugal exportou 27,8 milhões de euros para Macau, tendo importado 2,9 milhões de euros. A balança comercial entre os dois países é favorável para Portugal, correspondendo a um saldo positivo de 24,9 milhões de euros no ano de 2018 (Tabela 6).

Tabela 6 - Evolução da balança comercial de bens de Portugal com Macau entre 2014 e 2018.

#### BALANÇA COMERCIAL DE BENS DE PORTUGAL COM MACAU

	2014	2015	2016	2017	2018	VAR% 18/14 <sup>a</sup>	2018 JAN/FEV	2019 JAN/FEV	VAR% 19/18 <sup>b</sup>
<b>EXPORTAÇÕES</b>	23,7	26,4	36,9	25,5	27,8	7,3	3,9	5,6	42,8
<b>IMPORTAÇÕES</b>	0,6	0,5	1,0	0,3	2,9	181,9	0,1	0,8	705,6
<b>SALDO</b>	23,1	25,9	36,0	25,2	24,9	--	3,8	4,8	--
<b>COEF.COB.%</b>	§	§	§	§	959,2	--	§	686,1	--

NOTAS: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2014-2018

(b) Taxa de variação homóloga 2018-2019

(2014 a 2016: resultados definitivos; 2017: resultados provisórios; 2018 e 2019: resultados preliminares)

§ - Coeficiente de cobertura >= 1000%

Unidade: Milhões de Euros

FONTE: INE, Base de Dados (acedido em junho de 2019)

As exportações de produtos agrícolas e alimentares de Portugal para Macau, em 2018, apresentam-se explicitados nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 - Exportações portuguesas por grupos de produtos para Macau em 2014, 2017 e 2018.

#### EXPORTAÇÕES DE PORTUGAL PARA MACAU POR GRUPOS DE PRODUTOS

	2014	%TOT14	2017	%TOT17	2018	%TOT18	VAR%18/17
<b>ALIMENTARES</b>	9,4	39,7	9,9	38,7	9,5	34,2	-3,8
<b>AGRÍCOLAS</b>	3,5	14,8	4,3	16,9	5,4	19,3	24,8
<b>TOTAL</b>	23,7	100,0	25,5	100,0	27,8	100,0	8,8

FONTE: INE, Base de Dados (acedido em junho de 2019)

Unidade: Milhões de euros

§ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2017

Tabela 8 - Principais exportações portuguesas do setor alimentar para Macau em 2017 e 2018.

#### PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA MACAU

	2017	2018	%TOT18	VAR%18/17
<b>2204</b> Vinhos de uvas frescas	6,1	5,7	20,4	-7,2
<b>0203</b> Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas	0,6	1,5	5,3	147,7
<b>1601</b> Enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue	0,4	0,6	2,1	37,9
<b>Amostra</b>	17,3	20,6	74,2	--

FONTE: INE, Base de Dados (acedido em junho de 2019)

Unidade: Milhões de Euros

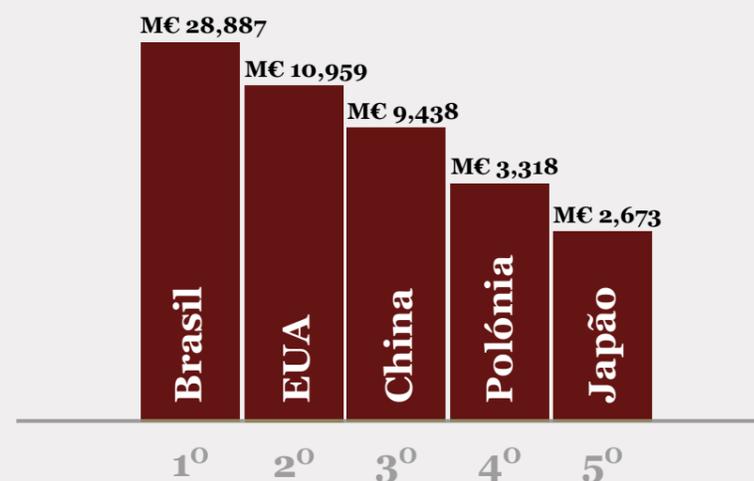
§ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2017

### 1.4.3.2 Fatores Diferenciadores e Oportunidades no Mercado de Macau

Macau tem uma importância muito reduzida na estrutura do comércio internacional português de bens. No que diz respeito ao comportamento dos consumidores, o preço é um elemento importante na decisão de compra. Mas, de certa forma, o fator qualidade do produto está a ganhar importância face ao preço e muitos consumidores já decidem a sua compra com base em rótulos que inspirem qualidade ou compram marcas que associam a essa característica. Além disso a proximidade e implementação da cultura portuguesa poderá ser um fator favorável na entrada neste mercado.

### 1.4.3.3 Principais Exportadores de Carne e Enchidos para Macau

Os macaenses preferem as carnes e enchidos provenientes do Brasil (volume de importações de 28,887 milhões de euros em 2018) pelo seu preço mais reduzido. Portugal apresenta-se com um valor de exportação inferior a um milhão de euros.



**Figura 8** - Principais mercados de origem das importações de carnes e enchidos para Macau em 2018.  
 FONTE: ITC, Trade Map (acedido em junho de 2019)

### 1.4.3.4 Feiras de Referência

- **Feira Internacional de Macau** | 17 a 19 outubro 2019

### 1.4.3.5 Regulamentos e Barreiras Aduaneiras

De um modo geral, as mercadorias podem ser importadas livremente, desde que acompanhadas da documentação exigida para a categoria de produtos em causa, e após o controlo sanitário ou fitossanitário a efetivar, quando necessário, pelas entidades competentes. As exceções são residuais (produtos de importação proibida).

Para determinados bens, é necessário solicitar uma autorização prévia de importação / licença – Despacho do Chefe do Executivo n.º 487/2016, 28 de dezembro – junto dos vários organismos responsáveis, nomeadamente da Direção dos Serviços de Economia (DSE) ou dos Serviços de Saúde (SS).

De entre os produtos que se encontram sujeitos a esta formalidade (Anexo II, Tabela B, do referido Despacho), destacam-se: animais vivos e produtos de origem animal (exemplo de carnes de animais; peixes e crustáceos; leites; queijos e ovos; enchidos e produtos semelhantes).

Por razões de saúde e segurança públicas, a importação dos produtos de origem animal e vegetal encontra-se sujeita a medidas de controlo sanitário ou fitossanitário. As mercadorias sujeitas a este tipo de controlo encontram-se listadas no Anexo III, do Despacho do Chefe do Executivo n.º 487/2016.

Nesta sequência, as mercadorias em questão devem ser acompanhadas dos respetivos certificados sanitário e/ou fitossanitário, previamente emitidos no país de origem (ex.: animais vivos; carnes e miudezas comestíveis; peixes e crustáceos; leite e laticínios; flores; produtos hortícolas; frutas; enchidos e produtos semelhantes de

carne; preparações e conservas de carne e peixe; leite em pó para crianças; gelados; alimentos para cães e gatos; adubos; e inseticidas).

Ainda no que respeita à exportação de produtos de origem animal (ex.: carnes; laticínios; ovos) e de produtos de origem vegetal (ex.: plantas; frutas; sementes; e legumes), as empresas portuguesas devem previamente inquirir, respetivamente, junto da Divisão de Internacionalização e Mercados e Direção de Serviços de Sanidade Vegetal, da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), sobre a possibilidade de realizarem operações de exportação. Com efeito, pode não ser possível, desde logo, proceder ao envio deste tipo de bens pelo facto de Portugal não se encontrar habilitado para o efeito (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários do nosso país e os homólogos do país de destino no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

As barreiras não tarifárias às exportações do setor agroalimentar podem ser consultadas no Portal GlobalAgriMar (Constrangimentos à Exportação), do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral – GPP (Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural – MAFDR / Ministério do Mar – MM).

De notar que o facto de determinados produtos/países não constarem na listagem de constrangimentos, não significa que Portugal esteja habilitado a exportar. Eventualmente, pode nunca ter existido qualquer intenção de exportação por parte de empresas nacionais (os operadores económicos estão obrigados a preencher o Formulário de Exportação online), condição indispensável para a DGAV iniciar o respetivo processo de habilitação.

No que diz respeito à Rotulagem de Produtos Alimentares, foi publicado o Regulamento Administrativo n.º 7/2004 (altera o Decreto-Lei n.º 50/92/M, de 17 de agosto), que tornou obrigatória a indicação do nome, firma ou denominação social e morada do responsável pela rotulagem ou do importador.

Assim, na rotulagem dos géneros alimentícios pré-embalados são imperativas as seguintes indicações: denominação de venda; lista de ingredientes; data de durabilidade mínima; nome, firma ou denominação social e morada do responsável pela rotulagem ou do importador, ou ainda, o número do operador de comércio externo; quantidade líquida; e referência que identifique o lote. Nos casos previstos nos artigos 14.º (País de Origem), 15.º (Condições Especiais de Conservação ou de Utilização) e 16.º (Modo de Emprego) ainda são obrigatórias incluir, respetivamente, as seguintes indicações: país de origem (nas situações em que a omissão dessa menção seja suscetível de induzir o consumidor em erro quanto à origem ou proveniência real do género alimentar); condições especiais de conservação ou de utilização (nos casos aplicáveis); e modo de emprego (sempre que a omissão possa impedir ou dificultar o uso apropriado desse produto).

Quanto aos géneros alimentares não pré-embalados estes deverão mencionar na rotulagem: denominação de venda; país de origem (nos casos previstos no artigo 14.º); referência que identifique o lote; e a data de durabilidade mínima. Não necessitam de cumprir estas indicações os géneros alimentícios vendidos por estabelecimentos, cuja atividade consiste

em confeccionar alimentos que se destinem a ser fornecidos para consumo imediato.

As menções a figurar na rotulagem dos géneros alimentícios deverão ser inscritas em caracteres indeléveis, facilmente visíveis e legíveis, redigidos em termos corretos, claros e precisos, não podendo qualquer delas ser dissimulada, encoberta ou separada por outras menções ou imagens, e as indicações da rotulagem não podem ser alteradas ou suprimidas.

No que respeita à tributação alfandegária, e dado que se trata de um porto franco, não são cobrados direitos aduaneiros na importação de mercadorias em Macau, havendo apenas lugar ao pagamento do Imposto de Consumo, que incide não só sobre os bens produzidos localmente, como também sobre determinadas mercadorias importadas.

No âmbito do Regime de Importação em Macau, importa referir a Lei do Comércio Externo (Lei n.º 7/2003), objeto de várias alterações, que teve como finalidade a simplificação de procedimentos administrativos relacionados com as operações de importação e exportação; por outro lado, também facilitou a negociação e aplicação de novos acordos com a China Continental (ex.: Acordo CEPA). A referida Lei foi regulamentada através do Regulamento Administrativo n.º 28/2003 (igualmente alterado posteriormente) que desenvolve os princípios gerais do comércio externo e do regime de entrada, saída e passagem de mercadorias e outros bens ou produtos na RAEM- Região Administrativa Especial de Macau.

#### 1.4.4 Caracterização do Mercado Suíço

Com 8,2 milhões de habitantes dos quais cerca de 24% correspondem a residentes estrangeiros (sobretudo italianos, alemães e portugueses), a Suíça possui um dos maiores PIB *per capita* europeus (65,2 mil euros) e perfilava-se como a 19ª maior economia a nível mundial (AICEP – Portugal Global, 2017).

Segundo o *Global Competitiveness Report* 2016-2017 do Fórum Económico Mundial, num conjunto de 138 países, a Suíça ocupava, pelo oitavo ano consecutivo, o 1º lugar no Índice Geral de Competitividade, sendo de sublinhar a posição cimeira alcançada nos seguintes pilares: eficiência do mercado laboral, disponibilidade tecnológica,

fatores de sofisticação e inovação.

A economia suíça é uma das mais prósperas, modernas e competitivas do mundo, caracterizada por um setor terciário muito desenvolvido (impulsionado pelos serviços financeiros) e por um setor industrial baseado em alta tecnologia e inovação. Dispõe ainda de uma cultura empresarial exigente e de uma mão-de-obra altamente qualificada.

O setor terciário representava, em 2015, 75% do PIB e 74% da população empregada, com particular destaque para o comércio, os serviços financeiros e o turismo. A indústria era responsável por cerca de 23% do PIB e 22% do emprego, enquanto o setor agrícola não chegava a representar 1% do PIB e absorvia 2% do emprego (AICEP Portugal Global, 2017).

##### 1.4.4.1 Balança Comercial (Portugal - Suíça)

Em 2018, Portugal exportou 576,7 milhões de euros para França, tendo importado 299,8 milhões de euros. A balança comercial entre os dois países é favorável para Portugal, correspondendo a um saldo positivo de 276,9 milhões neste ano (Tabela 9).

**Tabela 9** - Evolução da balança comercial de bens de Portugal com a Suíça entre 2014 e 2018.

#### BALANÇA COMERCIAL DE BENS DE PORTUGAL COM A SUÍÇA

	2014	2015	2016	2017	2018	VAR%18/14 <sup>a</sup>	VAR%18/17 <sup>b</sup>
<b>EXPORTAÇÕES</b>	429,3	458,6	534,4	578,7	576,7	7,8	-0,3
<b>IMPORTAÇÕES</b>	265,7	264,0	269,7	269,6	299,8	3,2	11,2
<b>SALDO</b>	163,6	194,6	264,7	309,1	276,9	--	--
<b>COEF.COB.%</b>	161,6	173,7	198,2	214,7	192,3	--	--

**NOTAS:** (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2014-2018

(b) Taxa de variação homóloga 2017-2018

(2014 a 2016: resultados definitivos; 2017: resultados provisórios; 2018: resultados preliminares)

Unidade: Milhões de euros

**FONTE:** INE, Base de Dados (acedido em junho de 2019)

As exportações de produtos agrícolas e alimentares de Portugal para o mercado Suíço, em 2018, apresentam-se explicitadas na Tabela 10.

**Tabela 10** - Exportações portuguesas por grupo de produtos para o mercado Suíço em 2014, 2017 e 2018.

#### EXPORTAÇÕES DE PORTUGAL PARA A SUÍÇA POR GRUPOS DE PRODUTOS

	2014	%TOT14	2017	%TOT17	2018	%TOT18	VAR%18/17
<b>ALIMENTARES</b>	56,8	13,2	66,5	11,5	62,8	10,9	-5,5
<b>AGRÍCOLAS</b>	19,1	4,5	24,9	4,3	26,1	4,5	4,9

NOTA: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2017  
Unidade: Milhões de euros

FONTE: INE, Base de Dados (acedido em abril de 2019)

#### 1.4.4.2 Carnes e Enchidos na Suíça

Os produtos típicos de Portugal são apenas uma opção suplementar para os consumidores e estão em concorrência direta com produtos de países mediterrânicos, como Itália e Espanha, na sua grande maioria produtores de carne e enchidos.

Apesar do crescimento da procura de produtos alimentares portugueses por parte do consumidor, nomeadamente carnes frescas e enchidos, relacionada em grande parte pelos efeitos indiretos do aumento dos fluxos turísticos para Portugal, é importante referir que a numerosa comunidade portuguesa na Suíça se mantém como principal cliente.

#### 1.4.4.3 Fatores Diferenciadores e Oportunidades no Mercado Suíço

Na Suíça existem algumas diferenças no sistema de retalho, devido a existir uma espécie de duopólio. A Migros e a Denner Coop estão presentes em todo o país, com estabelecimentos a menos de 1 km de distância. Mas esta particularidade, em contrapartida faz com que os estabelecimentos comerciais apresentem um tamanho médio inferior do que noutros países, e consequentemente menos referências por produto.

Restaurantes e supermercados põem sempre em destaque os produtos de origem suíça e existe uma consciência coletiva muito forte de defesa dos produtos nacionais, que se traduz na aceitação de barreiras à entrada da concorrência, suportando por isso, um preço mais elevado.

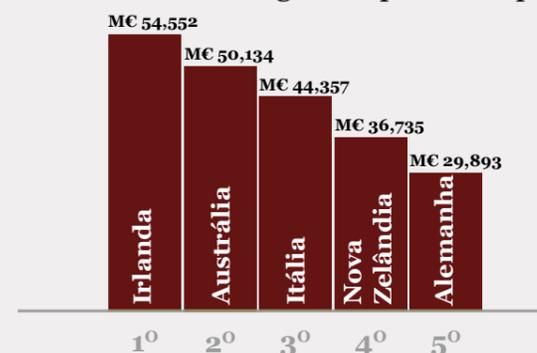
Diversas fontes, de que são exemplos a Numbeo Doo ([www.numbeo.com](http://www.numbeo.com)) e a Expatistam ([www.expatis.com](http://www.expatis.com)), confirmam que as categorias de Alimentação ou Higiene Pessoal custam em Zurique mais 117% e 138% do que em Berlim, respetivamente. Em comparação com Lisboa, mais 160%.

Este sistema de preços, deu origem a uma nova realidade: o turismo de compra transfronteiriço, ou seja, os Suíços deslocam-se aos países vizinhos para efetuar as suas compras mensais de alimentação.

O retalho alimentar na Suíça é genericamente moderno e orientado para a qualidade e eficiência. A produção local é valorizada nos inúmeros mercados de rua, onde é possível abastecer-se de legumes e transformados agrícolas, mas o grosso das compras é feito nas cadeias organizadas.

#### 1.4.4.4 Principais Exportadores de Carnes e Enchidos para o Mercado Suíço

A Irlanda lidera nas exportações para o mercado suíço (volume de importações de 54,552 milhões de euros em 2018). Portugal não apresenta exportações significativas de carnes e enchidos para a Suíça.



**Figura 9** - Principais mercados de origem das importações suíças de carnes e enchidos em 2018.

FONTE: ITC, Trade Map (acedido em junho de 2019)

#### 1.4.4.5 Feiras de Referência

- **IGEHO** | Feira de hotelaria, catering e produtos alimentares – Basileia
- **SLOW FOOD MARKET BERN** | Exposição de produtos alimentares e bebidas – Berna
- **OLMA** | Exposição de produtos agrícolas, alimentares e vinhos – St. Gallen

#### 1.4.4.6 Regulamentos e Barreiras Aduaneiras

Apesar da Suíça não fazer parte da UE e, portanto, não ser integrante da União Aduaneira, as exportações comunitárias para este país são, na sua maioria, efetuadas livremente por força de vários acordos estabelecidos, incluindo:

- Acordo de comércio livre de produtos industriais (1972);
- Acordo de comércio livre de produtos agrícolas (1999);
- Acordo de comércio livre de produtos agrícolas transformados (2004).

Para que as mercadorias possam beneficiar destes regimes preferenciais, aquando da sua exportação para a Suíça, é necessário comprovar a origem comunitária das mesmas através da apresentação do certificado de circulação de mercadorias, emitido pelas alfândegas do país de origem.

No caso da exportação frequente de mercadorias para a Suíça, deverá ser requerido o estatuto de “exportador autorizado”.

Apesar de apresentar requisitos legais extremamente semelhantes aos da UE em termos de especificações técnicas e regras de qualidade (nomeadamente alimentar), nem sempre a legislação suíça está de acordo com a comunitária. Neste sentido, é conveniente um contacto prévio com o cliente/importador para obtenção de esclarecimentos quanto às especificações desejadas e permitidas para os produtos.

A Pauta Aduaneira suíça é semelhante à da UE, sendo o valor aduaneiro calculado através do valor CIF no país de importação das mercadorias, imputando aos importadores a responsabilidade do pagamento do transporte de mercadorias, bem como do seguro do mesmo. Para além dos direitos aduaneiros, as importações estão sujeitas ao pagamento de IVA, existindo para tal taxas diferenciadas:

- Taxa normal: 8% sobre a generalidade de bens e serviços;
- Taxa reduzida: 2,5% sobre alguns géneros alimentícios, água e eventos culturais e desportivos;
- Taxa especial: 3,8% sobre serviços de hotelaria;
- Taxa nula: 0% sobre seguros, serviços financeiros, educação e saúde.

## 2. Processo de Exportação

Este ponto aborda os tipos de exportação existentes, apresentando as suas especificidades e formas de operacionalização. Como o processo de exportação é um longo caminho e passa por outras vertentes, apresentamos uma descrição dos tipos de transporte e os documentos aderentes.

### 2.1 Exportação Indireta

A exportação indireta é tida como uma opção mais viável para as pequenas e médias empresas que não estão dotadas de tantos recursos para a sua internacionalização. Este processo envolve a venda dos produtos destinados a exportação, a outra empresa nacional – *Trading* –, sendo esta a exportadora destes para os mercados externos. Caso seja realizada continuamente, esta é vista como uma boa forma para aumentar o volume de negócios de uma empresa de forma consistente (Viana & Hortinha, 2009, p229).

Este tipo de exportação apresenta vantagens presentes nos custos reduzidos de processo de exportação, no entanto, o processo é mais demorado e condiciona a empresa no que diz respeito ao conhecimento do mercado externo. (Horizonte para Internacionalizar: Guia para PME, 2013).

A exportação indireta é uma das principais

e mais usadas formas de exportação mundial. Este tipo de empresas (*trading*) representa uma grande fatia das transações comerciais no mundo, e são consideradas como uma grande ajuda para a entrada em novos mercados internacionais. (Viana & Hortinha, 2009, p. 232).

As organizações cooperativas são também um bom veículo de exportação indireta. Estas promovem atividades de exportação em benefício de vários produtores.

As principais vantagens desta forma de exportação são a facilidade de penetração inicial, menores custos de investimento e o risco muito inferior a qualquer outro tipo de exportação. Contudo, o controlo é inferior e as informações sobre os mercados são escassas, sendo estas as desvantagens deste tipo de exportação. (Horizonte para Internacionalizar: Guia para PME, 2013).

### 2.2 Exportação Direta

A Exportação direta é um processo em que a empresa é responsável por todo o procedimento, e neste caso, é necessário um conhecimento pormenorizado dos seus mercados alvo. Este é um processo que leva algum tempo e em que a empresa não pode esperar resultados imediatos. Neste formato de exportação, as empresas têm de estar cientes dos custos associados, uma vez que, são mais elevados do que os da exportação indireta. No entanto, uma empresa pode conjugar os dois

tipos de exportação, guardando os mercados prioritários para a exportação direta e assim, assumir maior controlo de todo o negócio.

Como todo o processo é controlado pela empresa, existem várias estratégias possíveis de internacionalização. Uma delas, pode passar pela contratação de um representante internacional, residente ou não residente. Desta forma, é possível um maior envolvimento com os clientes internacionais e é indicado para países de cultura de alto contexto, como

os países da América Latina. Outro método muito comum de exportação direta é a efetivação de negócios internacionais com distribuidores e agentes localizados no país de destino. Considera-se que esta é uma excelente alternativa para que as empresas domésticas consigam fazer chegar os seus produtos a vários pontos de venda, tendo de se articular apenas com uma entidade. Estes podem ser agentes, retalhistas, concessionários ou *trading*.

Existem várias vantagens e desvantagens, mas de forma resumida apresentam-se as

principais. As grandes dificuldades passam pela penetração inicial de mercado, os grandes custos de estrutura, elevados riscos e necessidade de domínio de informação e documentação processual. No entanto, o maior conhecimento de mercado, o maior controlo sobre os canais de distribuição, o controlo do plano estratégico e a maior proteção das marcas e patentes, tornam este modelo na melhor opção de exportação para um processo de internacionalização integrado. (Horizonte para Internacionalizar: Guia para PME, 2013).

### 2.3 Formalidades de Exportação

Através de consulta na Livraria Digital do site da AICEP Portugal Global, bem como de sites relacionados com os mercados externos, é possível aceder a informação sistematizada e detalhada sobre os regimes de importação em vigor nos mercados selecionados.

Deve ainda consultar, na internet, o site *Market Access Database*, da responsabilidade da comissão europeia, onde pode encontrar informação sobre a política comercial de países terceiros, barreiras ao comércio e outras informações importantes que irá necessitar.

Aconselhamos sempre as empresas consultarem o seu cliente no mercado alvo, e para além disso, o site *Exporter's Guide: Import Formalities*, onde podem encontrar informação relativa a documentos e formalidades para a importação.

### 2.4 Etiquetagem, Rotulagem e Marcação CE<sup>1</sup>

A UE harmonizou a legislação aplicável a diversos produtos, de forma a minimizar a existência de dificuldades e obstáculos à livre circulação no espaço comunitário.

Vários produtos em circulação na UE estão sujeitos a regulamentação comunitária, no que respeita à rotulagem e etiquetagem.

Quando um produto se encontra em comercialização em Portugal, cumpridor das regras em vigor até ao momento, não existe qualquer problema para a sua venda em qualquer país da Europa, em relação à rotulagem e etiquetagem. Deve ter apenas em atenção o que é imposto em relação ao idioma a utilizar no país alvo de exportação.

<sup>1</sup>A Marcação CE é um símbolo de comercialização livre no Espaço Económico Europeu (mercado interno) que, com a declaração do fabricante, dá a presunção de que o produto cumpre os requisitos das Diretivas Europeias aplicáveis.

## 2.5 Documentos sobre o Transporte Internacional

Os principais documentos utilizados no transporte internacional (intra e extracomunitário) são os seguintes:

### Transporte Marítimo

*Bill of Lading* ou Conhecimento de Embarque é um documento emitido pela empresa de navegação, considerado o documento comprovativo de contrato entre ambas as partes (empresa exportadora e empresa de transporte). Este documento serve também como autorização para o destinatário conseguir efetuar o seu levantamento. Por fim, é válido ainda como recibo de comprovativo das condições em que a mercadoria é recebida.

### Transporte Rodoviário

Declaração de Expedição, Carta de Porte Rodoviário CMR/TIR ou CMR (*Convention Relative au Contrat de Transport International de Marchandise par Route*) é um contrato rodoviário entre o transportador e a empresa que o contrata. Serve para regular o transporte internacional rodoviário entre os países, desde que, pelo menos um destes tenha ratificado a Convenção CMR. Acompanha o envio da mercadoria, e tem presente as instruções necessárias para o transportador.

### Relações entre Transitários e Clientes

Os documentos utilizados entre as empresas e os transitários contratados são os seguintes:

- *FBL (Forwarder Bill of Lading)* ou Conhecimento Particular do Transitário – Este documento é a prova de contrato entre a empresa e o transitário contratado, e é relativo aos tráfegos de “grupagem” quando é utilizado mais do que um tipo de transporte.

- *FCR (Forwarder Certificate of Receipt)* ou Certificado de Receção do Transitário – Documento que o Transitário emite a pedido de uma empresa, e serve como prova de que o transitário recebeu determinada mercadoria

de uma empresa para transporte internacional. Juntamente a esta prova, seguem ordens irrevogáveis para fazer chegar a mercadoria a um determinado destinatário.

- *FCT (Forwarder Certificate of Transport)* ou Certificado de Transporte do Transitário – Este documento é emitido pelo transitário para o seu cliente, mas está enquadrado em cargas de “grupagem” que incluem apenas um modo de transporte. O transitário emite este documento antes de celebrar o contrato de transporte.

### Transporte Multimodal

Para transporte multimodal existe a Convenção de Transporte Multimodal (*United Nations Convention on International Multimodal Transport of Goods*), de 24 de maio de 1980, que objetiva uma responsabilidade única para todo o ciclo do transporte. A finalidade é utilizar um só documento em todos os modos de transporte. Ainda não está em vigor a nível internacional, pois necessita de várias aceitações e precauções. Desta forma, utilizam-se ainda as regras distintas de cada tipo de transporte, tanto a nível de documentos necessários bem como a nível de responsabilidade de transporte.

### Outros Documentos

Por vezes, são necessários outros documentos, que apresentamos abaixo:

- **Apólice de Frete** – contrato de transporte marítimo no âmbito de um regime de contratação livre cuja finalidade é o transporte de grandes volumes de mercadoria em navios completos.

- **Apólice de Seguro** – Contrato de Seguro mediante o qual, a empresa seguradora se obriga, contra cobrança de um prémio, a indemnizar um dano sofrido pelo segurado ou a satisfazer um capital, renda ou outras prestações convencionadas.

Neste contexto, é importante referir, que caso o exportador solicite ao transitário que este se encarregue de contratar os seguros marítimos, terrestres e aéreos dos produtos, esse serviço será prestado, eventualmente até em condições mais vantajosas do que se o exportador recorrer a uma companhia de seguros, por si próprio. De facto, muitos transitários dispõem de “apólices flutuantes”, o que, frequentemente, lhes permite a obtenção de condições mais favoráveis junto destas entidades.

Nota: Aconselhamos sempre o contacto com um transitário no caso de transporte extracomunitário.



**Conceção e propriedade:** CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

**Textos, design e impressão:** Inovcluster

**Direção:** Rui Caseiro

**Coordenação:** Isabel Andrade



Rua Visconde da Bouça, Apartado 238  
5300-318 | Bragança  
273 327 680

[www.cim-ttm.pt](http://www.cim-ttm.pt)  
[geral@cim-ttm.pt](mailto:geral@cim-ttm.pt)

  [terrasdetrasosmontes](#)

Financiado por:



Esta publicação foi cofinanciada pelo FEDER através do PO Norte 2020  
– SAAC - Sistema de Apoio às Ações Coletivas - Internacionalização.